A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO EM MATO GROSSO E O ESCRAVO NA LIDA COM O GADO: ENFOQUE PARA A LOCALIDADE DE SANT'ANA DE PARANAÍBA (1857-1874)

THE HISTORIOGRAPHY OF SLAVERY IN MATO GROSSO AND THE SLAVE IN DEALING WITH CATTLE: A FOCUS ON THE LOCATION OF SANT'ANA DE PARANAÍBA (1857-1874)

Isabel Camilo de Camargo[1]

RESUMO: O objetivo do presente artigo é discutir a contribuição do debate historiográfico sobre a escravidão em Mato Grosso para uma melhor compreensão do uso do trabalho escravo na lida com o gado. A localidade estudada foi Sant´Ana de Paranaíba, que pertencia à província de Mato Grosso no século XIX e era um local de passagem e parada entre as províncias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Cuiabá. Para a discussão historiográfica utilizamos diversos autores que estudaram a temática tanto em Mato Grosso como em Sant'Ana de Paranaíba. Para o debate do trabalho cativo na lida com o gado utilizamos como fontes históricas diversos Livros de Declaração de boiadeiros e a Lista de escravos a serem libertos pelo Fundo de Emancipação de 1874, ambos localizados no Arquivo Público de Mato Grosso. O recorte temporal se relaciona com as datas dos documentos examinados.

Palavras-chave: historiografia da escravidão; escravo; gado; Mato Grosso; Sant'Ana de Paranaíba.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the contribution of the historiographical debate about slavery in Mato Grosso for a better understanding of the use of slave labor in dealing with cattle. The locale studied was Sant'Ana de Paranaíba, which belonged to the Mato Grosso province in the nineteenth century and was a place of passage and stop between the provinces of São Paulo, Minas Gerais, Goiás and Cuiabá. For the historiographical discussion we use several authors who have studied the issue both in Mato Grosso and also Sant'Ana de Paranaíba. For discussion of slave labor in dealing with cattle we use as historical sources many Livros de Declaração de boiadeiros books and the Lista de escravos a serem libertos pelo Fundo de Emancipação de 1874, both located in Mato Grosso Public File.

Keywords: historiography of slavery; slave; cattle; Mato Grosso; Sant'Ana de Paranaíba.

[1] Doutora em História pela UNESP/Assis.

O objetivo do presente artigo é discutir a contribuição do debate historiográfico sobre a escravidão em Mato Grosso para uma melhor compreensão do uso do trabalho escravo na lida com o gado. A localidade estudada foi Sant´Ana de Paranaíba, que pertencia à província de Mato Grosso no século XIX e era um local de passagem e parada entre as províncias de São Paulo, Minas Gerais, Góias e Cuiabá.

Para entender a escravidão em Sant'Ana de Paranaíba, tivemos que nos aprofundar nos estudos já realizados sobre a escravidão nessa província, para isso recorremos aos estudos desenvolvidos por Edvaldo de Assis, Elaine Cancian Almeida, Lúcia Helena Gaeta Aleixo, Luiza Rios Ricci Volpato, Maria do Carmo Brazil e Zilda Moura. Os autores elencados estão entre os poucos que conceberam o negro escravizado como objeto de reflexão científica em Mato Grosso.

Antes de focalizarmos as contribuições dos autores acima citados, é importante apontar que a produção historiográfica envolvendo as relações escravistas e as atividades econômicas de Mato Grosso teve seu marco inicial em dois trabalhos publicados na década de 1970. O primeiro foi desenvolvido pela historiadora corumbaense Eunice Ajala Rocha, nos anos de 1975-77, com base nos documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá, a respeito do processo de desarticulação escravista em Mato Grosso. Seu artigo *O processo de emancipação dos escravos na vila de Santa Cruz de Corumbá (1873-1888)* foi publicado na revista Dimensão em 1977. O artigo foi reeditado em 2011 pela revista Alburquerque, nº 7, como forma de homenagear a professora.

O segundo foi a obra *Contribuição para uma sociologia da biografia* escrita pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, em 1978. Ao homenagear o bicentenário de duas cidades coloniais mato-grossenses (Cáceres e Corumbá) e ao discutir aspectos antropológicos, sociológicos e históricos do domínio luso no extremo-oeste brasileiro, Freyre acabou dando os primeiros passos no debate sobre a escravidão no Mato Grosso.

Remetendo às obras utilizadas como referências para o estudo, encontramos em Lúcia Helena Gaeta Aleixo, na obra *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, publicada em 1984, uma análise sobre a utilização do trabalhador escravizado, em Mato Grosso, entre os anos de 1850 a 1888, nas minas, nas plantações da cana-de-açúcar e nas atividades urbanas. Ela disponibiliza documentos referentes a algumas cidades mato-

grossenses surgidas no período imperial, cujos cotidianos foram marcados pela presença de escravos. Aleixo defende a existência, na Província de Mato Grosso, de uma economia mercantil que possibilitou a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e o deslocamento do capital mercantil acumulado para as atividades extrativistas, pastoris e para a intensificação das atividades agrícolas.

Luiza Rios Ricci Volpato destaca a importância do estudo do cotidiano dos escravos em luta contra a escravidão em seu livro intitulado *Cativos do Sertão: vida, cotidiano e escravidão em Cuiabá - 1850-1888,* publicado em 1991. O livro tem como objetivo explicitar o papel fundamental desempenhado pelos escravos no jogo de conflitos e acomodações das forças sociais, trazendo uma maior compreensão da sociedade cuiabana.

A edição de 1998 da *Revista do Arquivo Público de Mato Grosso* trouxe como foco a questão negra no Estado, como forma de comemoração do centenário da abolição da escravidão. Na revista, o artigo de Maria Auxiliadora Azevedo Coutinho Gomes, na época diretora do Arquivo, trata da violência utilizada contra o negro.

A tese da autora é que "as relações pessoais entre negros e senhores, degeneradas através de métodos violentos ajudaram a enfraquecer o sistema escravista vigente na sociedade brasileira" (GOMES, 1998, p.11). Para a sua análise, ela utilizou processos-crimes referentes ao período de 1800 a 1880. Ela não cita uma localidade específica, mas no decorrer da leitura percebemos que os 250 processos utilizados se referem principalmente à Cuiabá; sendo que a cada cinco processos, um era relacionado com escravos.

Edvaldo de Assis discute em *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso* (1998) questões referentes aos antecedentes históricos à escravidão tendo como base farto material empírico.

Em 2000, Chaves conclui sua dissertação de mestrado, na qual aborda a resistência escrava em Mato Grosso no período de 1752 a 1850. A proposta de Chaves consiste em que "[...] A ideia de resistência engloba diversas estratégias de negociação, barganhas estabelecidas entre escravos e senhores e outros grupos sociais; além de outras formas de manifestações culturais" (2000, p. 06). Ou seja, os escravos não resistiam à escravidão somente com fugas, mas procuravam resistir a ela cotidianamente e de diversas formas.

Em 2001, Nancy de Almeida Araújo defende a sua dissertação de mestrado *Filhos livres de mulheres escravas. Cuiabá 1871-1888*. O eixo principal de seu estudo é a criança filha de escrava que nasceu após a Lei de 1871 (Lei do ventre livre). Entre as fontes históricas utilizadas por ela podemos citar: discursos parlamentares, legislação imperial e local, Lista de Matrícula das crianças e fontes paroquiais.

A relevância se estudar as crianças consideradas ingênuas está inserido nos estudos dos movimentos de emancipação dos escravos, e mostrado que a assistência aos pobres passa a exigir uma intervenção pública do Estado. Araújo ainda analisa o contexto social que propiciou uma legislação que transformaria, a longo prazo, e estrutura da sociedade,

Maria do Carmo Brazil, em sua obra *Fronteira negra* (2002), resultante de sua dissertação de mestrado, trata da escravidão negra em Mato Grosso, abrangendo os períodos colonial e imperial, cujos referenciais históricos e fontes documentais atendem aos limites da região mato-grossense e também à sociedade brasileira como um todo. A escolha desse objeto liga-se à intenção de estudar a violência nas relações escravistas como o fio condutor da dominação e da resistência. Além dessa obra, Brazil possui vários artigos e capítulos de livros que tratam da escravidão em Mato Grosso durante o século XIX.

Elaine Cancian Almeida trabalha com o tema da escravidão e a arquitetura urbana em Corumbá, no século XIX, em sua dissertação de mestrado, que se desdobrou no livro *A cidade e o rio*, publicado em 2006. A obra de Almeida tem como objetivo discutir o passado escravista de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, valendo-se do traçado urbano, da toponímia, da arquitetura, da escultura, da posição geográfica, enfim, do patrimônio material e imaterial.

Em *Cativos nas terras dos pantanais: Escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX,* obra publicada em 2007, Moura estuda a utilização da mão de obra escravizada de africanos e descendentes, em localidades do sul de Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX. Uma das questões mais importantes da obra é a relação que a autora constituiu com o movimento das Monções, no século XVIII, e a vinda de escravos para a província de Mato Grosso. Ela demonstra que os negros, escravizados ou não, também foram utilizados como "Voluntários da Pátria" na Guerra contra o Paraguai. O presente trabalho traz

um capítulo sobre a feitorização das comunidades nativas do Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX.

Em 2011, Rodrigues publica um artigo sobre o suicídio de escravos em Cuiabá durante o período de 1854-1888. Ele supõe que o suicídio de um escravo era considerado uma consequência do excesso de castigos corporais.

Em 2013, foi aprovado pela FUNDECT- Fundação de Apoio ao desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso do Sul – o projeto de pesquisa intitulado *Campos de Erê: Povoamento, ocupação e trabalho nos vales dos Rios Vacaria e Brilhante (Mato Grosso, século 19)*, coordenado pela professora Maria Teresa Gatarrido Dourado que ainda está em andamento[2].

Entre os objetivos do projeto podemos destacar: analisar o papel da onda migratória iniciada por famílias oriundas do Triângulo Mineiro e de Franca para a ocupação territorial da parte sulina de Mato Grosso; caracterizar as estratégias de apossamento, alargamento das propriedades, relações de trabalho, assim como os conflitos gerados em torno da posse e manutenção das terras no espaço do sul mato-grossense; estudar as relações de trabalho (livre e escravizada) da região em questão, entre outros.

Dentro do recorte historiográfico de Mato Grosso, cabe destacar os estudos que tratam somente de Sant'Ana de Paranaíba no decorrer do século XIX. O primeiro trabalho encontrado é de 1993, no qual João Antônio Botelho Lucídio escreveu sua dissertação de mestrado sob o título: *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso*, *1830-1870.* Nesse trabalho, ele estudou a forma de organização da sociedade instalada no Planalto Sul de Mato Grosso, através da reconstituição do sistema agrícola e pastoril e das suas relações de comércio, verificando os mecanismos de inserção daquela economia na ordem imperial.

Em 2010, defendi minha dissertação de mestrado, pela Universidade Federal da Grande Dourados, intitulada *O sertão de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)*, a qual foi o primeiro trabalho acadêmico a enfocar somente Sant´Ana de Paranaíba e tratar principalmente da ocupação da

[2] Disponível em: http://fundect.ledes.net/project/view/p/28050/campos-de-ere-povoamento-ocupacao-e-trabalho-nos-vales-dos-rios-vacaria-e-brilhante-mato-grosso-seculo-19. Acessado em 26/08/2015.

região por entrantes[3] vindos das províncias de Minas Gerais e São Paulo e que traziam consigo, além das suas famílias, escravos negros.

Na dissertação de mestrado, estudamos como se deu a ocupação dessa localidade por entrantes que traziam consigo mão de obra escrava. Já a proposta da tese de doutoramento foi a de discutir o trabalho escravo e a relação desses com os seus senhores.

A pesquisa de mestrado chamou a atenção de alguns historiadores de Mato Grosso do Sul para a falta de estudo sobre essa localidade. A historiadora Maria Celma Borges iniciou, em 2009, o projeto de pesquisa intitulado *Pobres livres, escravos e povos originários: trabalho, cultura, violência e resistência do sul ao norte de Mato Grosso* e, a partir do qual, publicou alguns artigos sobre a escravidão e os pobres livres de Sant´Ana de Paranaíba.

Em 2012, Marcos Hanemann defendeu sua tese de doutorado intitulada *O povo contra os seus benfeitores: aplicação da lei penal em Sant´Ana de Paranaíba, Mato Grosso (1859-1889)*, na qual investigou como ocorria a aplicação da lei penal entre as famílias de entrantes que dominaram o cenário político no recorte temporal escolhido por ele.

Greco e Coutinho (2012) utilizaram contratos de núpcias para abordar as condições de vida das mulheres livres em Sant´Ana de Paranaíba e os conflitos, físicos e simbólicos, devido à ideia de submissão que lhes era imposta, mas nem sempre aceita.

Em 2015, defendi minha tese de doutorado intitulada *As relações de trabalho e a resistência escrava em Sant'Ana de Paranaíba – província de Mato Grosso (1835-1888).* O objetivo geral do trabalho foi examinar as relações entre senhores e escravos, sendo que entre os objetivos específicos, podemos elencar o estudo da historiografia da escravidão no Brasil, do modo como se deu a ocupação de Mato Grosso e de Sant´Ana de Paranaíba – para melhor entender a entrada da mão de obra escrava e seu uso nessa localidade – e também analisar suas resistências cotidianas, pelas quais buscavam melhorar suas condições de vida ou minimizar os males vivenciados.

[3] O termo *entrante* é utilizado aqui para designar as pessoas não-indígenas que foram ocupar parcelas de terra, porém não temos conhecimento se esses entrantes eram todos brancos. Não utilizamos termos como *pioneiro* ou *desbravador* porque entendemos que essas designações estão carregadas de simbolismos que atribuem a essas pessoas conotações heroicas e entendemo-nos como agentes históricos, frutos de seu meio. É importante observar que o uso do termo não se relaciona aqui ao movimento de entradas, pois este, apesar de se preocupar com o conhecimento territorial, era organizado e custeado pela administração colonial, o que não foi o caso do nosso estudo. Além disso, as prioridades das bandeiras eram a captura de indígenas para a escravização e a busca por metais pedras e metais preciosos e essas expedições ocorreram no século XVII.

A escravidão e a formação econômica de Sant´Ana de Paranaíba

A mão de obra negra escravizada foi trazida a Sant'Ana de Paranaíba pelos entrantes oriundos de Minas Gerais e São Paulo, parte dos escravos participaram do início da ocupação. A região de Sant' Ana de Paranaíba, na província de Mato Grosso, estava distante dos grandes centros políticos e econômicos da época e que apesar de algumas similitudes havia algumas diferenças. Sendo a economia dessa localidade – no século XIX – de subsistência, e início de uma cultura pastoril fundada no latifúndio, isso nos levanta indagações tais como a função do escravo nessa região e como seria a relação entre senhores e escravos. Apesar da distância, a localidade estava inserida na sociedade escravista e na dinâmica imperial, principalmente nas intenções imperiais de conhecer e de "ocupar" o interior do Brasil.

Na localidade empreendida em nosso estudo chama a atenção à utilização da mão de obra escravizada em trabalhos domésticos rotineiros, na produção agrícola de subsistência e na lida com o gado, possibilitando uma maior aproximação com o seu senhor, já que os senhores não possuíam grande número de escravos em suas fazendas, diferenciando-se daquelas que produziam grande quantidade de cana-de-açúcar e café para exportação e, por isso, possuíam uma grande quantidade de escravos e necessitavam de intermediários para gerenciar o trabalho do cativo.

O desenvolvimento da pecuária foi essencial para as áreas sem vocação para a agricultura agroexportadora e monocultora. Barros também concordava com essa posição, considerando que a produção pastoril caracterizou-se como "[...] atividade eminentemente extensiva, exigindo grande mobilidade (mudança de pasto) e se desenvolvendo em regiões onde a terra praticamente não tem valor econômico [...] era compatível, quer com a indefinição da propriedade territorial quer com o surgimento de grandes latifúndios" (2007, p. 38).

Tanto Virgílio Correa Filho (1923), quanto Nelson Werneck Sodré (2009) pontuam evidências de que o incremento pastoril teria contribuído para o processo de conquista do sertão mato-grossense, para a solidificação da posse e a formação de extensos e contínuos latifúndios, a custo da destruição de inúmeras populações indígenas diante do avanço dos

currais. O fragmento abaixo traduz algumas das reflexões de Sodré a respeito dos efeitos da expansão pastoril no início do século XVIII:

> A extraordinária expansão pastoril cobriria as verdejantes pastagens do centro-sul e do sul da futura província, logo capitania, com os seus governantes, com as suas autoridades e com a sua história própria, toda ela presa, entretanto, aos acontecimentos da grande conquista, aquela que marcara os limites extremos ao sul, expulsando os espanhóis e jesuítas e que possibilitara essa condensação humana, na região do sertão de Cuiabá (SODRÉ, 2009, p. 47).

Em relação aos nativos, genuínos senhores daqueles espaços, Sodré destacou os danos trazidos pelo movimento de ocupação desencadeado pelos luso-brasileiros já no século XVIII:

> Estavam abertos os grandes itinerários. As jornadas futuras encontrariam pontos de apoio para a luta contra os índios. [...] Sorocaba que fora o centro de irradiação do movimento das monções, partido das beiras do Tietê, em Araritaguaba, devia fornecer o elemento humano para a consolidação da posse definitiva (2009, p. 47).

Sodré segue pontuando os efeitos da decantada marcha dos bandeirantes, os quais eram vistos até bem pouco tempo pela historiografia atrelada aos poderes constituídos, como paladinos da construção do território nacional:

> Recuavam-se os limites de domínio completo das tribus (sic). Os selvagens deviam viver à margem dos itinerários e na orla dos pontos em que o elemento novo se enquistava. Guaicurus seriam impulsionados para o vale do Paraguai, na região pantanosa, impedidos de buscar o curso superior do rio pela existência dos paiaguás (2009, p. 47).

Sodré (2009) apontou o rastro do gado incorporado à marcha *desbravadora*, em suas investidas sobre os sertões de Mato Grosso, deixando entrever que a expansão pastoril promovia a expulsão dos indígenas e, assim, o novo ocupante se apossava dos campos da Vacaria.

Virgílio Corrêa Filho ressaltou a expansão pastoril em Mato Grosso, sobretudo no Pantanal, recorrendo ao discurso do segmento *não índio*:

> A vida, em verdade, não seria bonançosa para os pioneiros. Primeiramente, pelas hostilidades dos paiaguás, durante mais de meio século, que tornaram inexeqüível a utilização de quatro sesmarias concedidas, em 1727, no Taquari [...]. A fundação do Forte de Coimbra, porém, ao impedir-lhes as manobras a montante, franqueou ampla região à iniciativa dos fazendeiros que se foram estabelecendo, como era natural, nas paragens mais próximas à faixa ocupada, dos se expandiram para as mais distantes (1955, p.18).

Esse intelectual ligado ao governo Vargas se empenhou, de forma especial, em organizar um acervo de informações sobre Mato Grosso, escrevendo inúmeras obras a respeito. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 1931, e secretário do Conselho Nacional de Geografia (CNG), Corrêa Filho fez parte da elaboração do projeto de construção da identidade nacional ressaltando a conquista do extremo oeste brasileiro e o papel do passado bandeirante.

Nesse artigo focaremos o uso do trabalho escravizado na lida com o gado em Sant'Ana de Paranaíba, abordando antes os estudos que foram referência e que tratam desse modo de uso da mão de obra escrava em diversas regiões do Brasil.

Escravos na lida com o gado no Brasil do século XIX

Vários historiadores debatem a presença do negro escravizado em atividades pastoris em esquemas regionais de abastecimento ou de exportação dos produtos bovinos. Ao discutir a presença do escravizado na fazenda pastoril do Piauí, Lima faz o seguinte destaque:

> [...] a suposta aptidão natural do afro-descendente para ser vaqueiro facilitava, na percepção da administração e autoridades, os sucessivos deslocamentos de mão-de-obra entre fazendas e retiros para realização de outras tarefas, já que os trabalhadores poderiam ser facilmente substituídos. O vaqueiro era, no geral, tratado como um trabalhador desqualificado, realizador de serviços ou tarefas que não requeriam habilidade (2008, p. 127).

Sobre a vida material do cativo-peão nas fazendas gaúchas, Maestri pondera que:

> Na fazenda, além do fazendeiro, apenas o capataz, na sede, o posteiro, nas bordas da propriedade, e o cativo, nas senzalas, relativamente, acasalavam-se normalmente, assegurando a baixa produção de mão-de-obra livre e escravizada necessária à produção pastoril. [...]. Os cativos não colocavam

> igualmente questão no que se refere à posse da terra, pois mobilizavam-se, de todos os meios, para fugir ou livrar-se do proprietário, que os explorava, e distanciar-se da terra, onde eram explorados (2008, p, 249).

O fragmento destacado sustenta a baixa reprodução necessária à produção pastoril da mão de obra livre e do negro cativo. Denota também a falta de interesse do escravizado referente à posse da terra, diferentemente do peão livre que, sendo solteiro, permanecia vinculado à fazenda, que não se preocupava com abrigos familiares para peões, conforme revelam os dados arquitetônicos das estâncias sulinas.

O escravo não tinha interesse na posse da terra, talvez porque sua principal preocupação seria a conquista de sua liberdade ou a liberdade de algum familiar. Além disso, quando conquistava a sua liberdade, o escravo muitas vezes não queria ficar preso à terra e nem ter a obrigação de um trabalho fixo, pois ele relacionava estes fatores ao período em que viveu em cativeiro (CHALHOUB, 1990).

Helen Osório, em estudo sobre a estrutura agrária do Rio Grande do Sul, entende que havia lá um número expressivo de cativos campeiros entre lavradores, agricultores e roceiros:

> Entre as principais conclusões, que contrariam a visão tradicional de uma paisagem agrária conformada apenas por grandes latifúndios pecuários manejados por poucos e indômitos peões livres, indicamos uma presença majoritária de lavradores dentre os produtores rurais; a existência de uma variada gama de criadores de animais, que se iniciava com poucas dezenas de cabeças e alcançava rebanhos vacuns de algumas milhares de cabeças (ainda que 68% dos proprietários possuíssem até 500 animais); o fato de que mais da metade das "estâncias" (definidas por nós como as unidades produtivas com mais de cem cabeças vacuns), eram na verdade estabelecimentos mistos, dedicados simultaneamente à pecuária e à agricultura (especialmente do trigo e da mandioca); uma forte presença de mão-de-obra escrava, não só na agricultura mas também na pecuária e, finalmente, que grande parte dos denominados "lavradores" eram, também, pastores, criadores de pequenos rebanhos de gado. Naquele trabalho abordamos a capitania como um todo, a partir de uma amostra de 541 inventários, tomados de cinco em cinco anos (2005, p. 5).

As pesquisas de Osório evidenciam as relações escravistas no setor pecuário e a existência de mais escravos na lida com o gado do que com a agricultura no Rio Grande do Sul durante o século XIX.

No que se refere às relações escravistas em Mato Grosso, Assis (1988) nos dá pistas importantes sobre a utilização de trabalhadores escravizados nas diversas atividades econômicas, inclusive na economia pastoril, citando a participação de cativos nas atividades pecuárias, como vaqueiros e curtidores de couro. Entretanto, o historiador ressalva que: "O negro escravo, na qualidade de vaqueiro, sua presença (sic) estava condicionada ao tamanho do criatório e ao controle do senhor, participando também de serviço infra-estrutural do criatório, como cercamento e outros" (1998, p. 31).

O escravo na lida com o gado em Sant´Ana de Paranaíba

A memorialista Brandão descreve o roteiro da maioria das boiadas que saíam de Sant´Ana de Paranaíba: "Uberaba era o centro que distribuía gado para São Paulo e por ela passava o movimento de Cuiabá e Goiás. Para se realizar o transporte de uma boiada eram necessários de oito a dez peões, um cozinheiro e seu ajudante, estes sempre bem adiante da boiada" (1998, p. 46).

Virgílio Corrêa Filho (1926), com base em um ofício de Augusto de Leverger feito em 1851, sustenta que, embora pouco numerosos, os rebanhos iniciais já se faziam presentes em meados do século XIX, junto com a exportação de boiadas para Uberaba. Eis um trecho do documento citado por Corrêa Filho: "todo o gado que se extrai da província sai pela Freguesia de Santana, a qual está isenta de Impostos Provinciais até o ano de 1855" (1926, p.34).

Inserida no bioma do cerrado, a região era propícia à prática pastoril, embora houvesse interferências ambientais referentes ao regime das águas, estiagens e geadas. Tratava-se de áreas cortadas por cursos d'água, em cujos vales erguiam-se variadas palmeiras em solos forrados com ricas pastagens.

Em enormes latifúndios, o manejo realizava-se em reduzido rebanho bovino, limitado pelas possibilidades de controle dos proprietários: "os poucos foram se compenetrando da conveniência de separar, em potreiros, limitados pelos cursos d'água, como fechos naturais, o gado de ventre, cuja parição pôde desta maneira limitar à época mais adequada" (CORRÊA FILHO, 1926, p.32). O gado era conservado ao redor dos currais, onde

periodicamente recebia ração de sal (salga). A salga nos currais determinava a ausência de fazendas ocupadas por milhares de cabeças bovinas, pois, as "despesas causadas pela salga não permitiam o aumento ilimitado dos rebanhos, como era comum nos pantanais, onde a percentagem anual de colheita oscilava em torno de 25%, calculada sobre o total dos rodeios" (CORRÊA FILHO, 1926, p.32).

Brandão descreve como era a organização e a preocupação com o carregamento de alimentos durante a viagem que levava a boiada de um lugar a outro. A comitiva levava uma parelha de mulas na qual amarrava uma espécie de caixa bem grande, a bruaca, na qual eles carregavam carne seca, farinha, café, rapadura. Normalmente eram duas as bruacas, pois as viagens eram demoradas (BRANDÃO, 1998, p. 46).

No Fundo de Coletoria de Sant´Ana de Paranaíba, há vários Livros de Declaração dos boiadeiros[4], nos quais, com o objetivo de controlar e arrecadar o devido imposto pela saída do gado da Província de Mato Grosso, os boiadeiros declaravam a quantidade de gado e o número de camaradas e escravos que compunham a comitiva. Foram computadas na pesquisa 152 declarações referentes ao período de agosto de 1857 a janeiro de 1868, sendo que a presença do trabalhador escravizado foi citada em 12 delas. Em outras palavras, os escravos estiveram presentes em 7,8% das declarações pesquisadas.

Sobre a existência do uso da mão de obra escrava, podemos perceber que ela convivia com os trabalhadores camaradas. O Quadro 1, abaixo, mostra as declarações nas quais o escravo aparece.

Quadro 1 – Escravos relacionados no Livro de Declaração de Boiadeiros

Nome do proprietário	**N. de camaradas**	**N. de escravos**	**Data**
-	4	4	12/04/1857
-	7	2	17/04/1857
-	2	2 (José Francisco e	28/10/1857

[4] Declaração dos Boiadeiros. Fundo de Coletoria de Santana do Paranaíba - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Várias caixas e livros. VER na referência Fontes Oficiais.

		José, crioulos	
-	4	1 (Luis)	16/11/1857
-	7	2 (Luis e Adão, crioulos)	26/11/1857
Antonio Machado Diniz	4	1	13/04/1859
José Alves dos Santos	3	2 (João e Miguel)	18/04/1859
Sebastião José Rodrigues de Queiróz	4	2 (Narciso e Sebastião)	08 /[11)/1859
João José [?]	12	1	16/12/1850
João Garcia Leal	4	1 (Gaspar)	03/11/1860
Isaias Joaquim Guimarães	2	1 (Narcizo)	03/12/1860
Antonio Vicente de Paula	-	1	27/10/1862
TOTAL	53	20	-

Fonte: Declaração dos Boiadeiros. Fundo de Coletoria de Santana do Paranaíba - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

Pelas datas das declarações, podemos notar que entre 1857 e 1862 foram encontradas declarações com participação de escravos nas comitivas; mas de novembro de 1862 a 1868 não foram encontrados escravos na documentação pesquisada. É importante observar que o período no qual encontramos escravos na composição das comitivas foi o que antecedeu a Guerra do Paraguai (1864-1872) e esse pode ser um fator para os escravos não serem encontrados mais nas comitivas, pois, depois da guerra, o número de escravos teria diminuído e sua força de trabalho era mais necessária na lavoura, já que uma diminuta quantidade de gado não necessitava do apoio do trabalhador escravizado.

A Declaração dos boiadeiros como fonte histórica não nos permite saber qual a função desempenhada pelo escravo na comitiva, nem como ocorria a vigilância sobre ele, tendo em conta que o fato de estar em viagem talvez pudesse facilitar-lhe a fuga. Pelos nomes

dos escravos citados podemos perceber que eram homens e que, ao que parece, as mulheres não compunham as comitivas de gado.

Na Lista de escravos a serem libertos pelo Fundo de Emancipação de 1874[5] foram citados dois escravos com a função de campeiro, ou seja, eles teriam como encargo cuidar do gado da fazenda. Eles eram João, de 12 anos, e Elias, de 9. Ambos eram pardos, solteiros, aptos ao trabalho, com moralidade e sem observação quanto a familiares. É interessante observar que os dois tinham muitas características em comum além da idade, entretanto é muito difícil compreender o que se entenderia por moralidade para a época em relação aos escravos, ainda mais em relação à criança escravizada.

Estas crianças tinham nascido antes da promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871, e desde muito cedo eram preparadas para assumir função produtiva, conforme evidenciam os relatos de viagem esboçados pela historiadora Mott:

> A partir de cinco a seis anos parece encerrar uma fase na vida da criança escrava. A partir desta idade ela aparece desempenhando alguma atividade. [...] No meio rural, as mulheres e as crianças desempenhavam freqüentemente a mesma tarefa, como por exemplo, descascar mandioca, descaroçar algodão e arrancar ervas daninhas (1979, p. 06).

Segundo Assis (1988), o pequeno número de cativos nas atividades pastoris decorria da dificuldade de se estabelecer esquemas de controle do cativo em áreas de grandes extensões para o campeio dos rebanhos. Estas condições facilitavam sobremaneira as ações de resistência, como fugas para as matas, quilombos ou domínios castelhanos.

Podemos entender que por ser uma região de enorme extensão territorial durante o período colonial e imperial de nossa história, há muito que se estudar sobre a escravidão em Mato Grosso, de forma geral, e sobre as suas regionalidades, de forma específica, como no caso de Sant'Ana de Paranaíba aqui destacado.

Em relação aos escravos na lida com o gado, é interessante encontrá-los nas comitivas que levavam esses rebanhos para outras províncias, pois podemos pensar que havia uma forma diferenciada de vigilância, já que a fuga poderia ter sucesso nesse trânsito porque

[5] *Livro de Classificação dos escravos da Villa de Sant´Anna de Paranayba*. Apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal para o Fundo de Emancipação em 12 de junho de 1874. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Lata 1865-B.

havia uma quantidade limitada de homens livres para sair à procura do escravo fugitivo e diferentes caminhos a serem tomados na fuga.

Esse estudo também chamou a atenção para a presença de crianças cativas com uma função especializada: a de campeiro. A existência do trabalhador escravizado quer adulto, quer criança, em funções ligadas ao pastoreio mostra o quanto o trabalho escravizado era enraizado no Brasil e que ele se desenvolveu conforme as necessidades locais.

Fonte Memorialística

BRANDÃO, Maria Aparecida Neves. *Pelos caminhos de Santana*. Campo Grande: Gráfica Brasília, 1998.

Referências Bibliográficas

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso*: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888). Brasília: Ministério da Fazenda, Departamento de administração, Divisão de Documentação, 1984.

ALMEIDA, Elaine Aparecida Cancian de. *A cidade e o rio* – escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza – o caso de Corumbá (MS). Passo Fundo: UPF Editora, 2006, (Coleção Malungo, 11).

ARAÚJO, Nancy de Almeida. *Filhos livres de mulheres escravas*. Cuiabá 1871- 1888. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. Programa Integrado de Pós-Graduação em História. Cuiabá, 2001.

ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT/PROED, 1988.

BARROS, Abílio Leite de. *Pantanal: Pioneiros*. Álbum Gráfico e Genealógico de Pioneiros na ocupação do Pantanal. Brasília: Senado Federal, v. 95, 2007

BORGES, Maria Celma. Pobres livres e escravos em terras de Sant'ana de Paranaíba, sul de mato grosso: algumas considerações. IN: *Anais do 5° Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, 2011.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra*: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso. Passo Fundo: UPF, 2002.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Questões de terras*. São Paulo: Secção de obras O Estado de São Paulo, 1923.

CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Paranaíba*: um perfil da sociedade pastoril-escravista no Sul do antigo Mato Grosso (1830-1888). Dissertação de mestrado. UFGD, Dourados, 2010.

CAMARGO, Isabel Camilo de. *As relações de trabalho e a resistência escrava em Sant'Ana de Paranaíba - Província de Mato Grosso (1828-1888)*. Tese de Doutorado. UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: companhia das Letas, 1990.

CHAVES, Otávio Ribeiro. *Escravidão, fronteira e liberdade (Resistência escrava em Mato Grosso, 1752-1850)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2000.

CORRÊA FILHO, Virgilio. *A propósito do boi pantaneiro.* Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da Biografia*: O exemplo de Luiz de Albuquerque, Governador no fim do século XVIII. Mato Grosso: Edição da Fundação de Mato Grosso, 1978.

GRECO, Maria Madalena Dib Mereb e COUTINHO, Dolores Pereira Ribeiro. As mulheres e o discurso de submissão. IN: *Revista Cordis. Cronistas, Escritores e Literatos*. N. 9. São Paulo: PUC/SP, jul./dez. 2012. p. 295-315.

GOMES, Maria Auxiliadora Azevedo Coutinho. O negro e a violência. IN: *Revista do Arquivo Público de Mato Grosso*. Cuiabá/MT: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1998.

HANEMANN, Marcos. *O povo contra os seus benfeitores*: aplicação da lei penal em Sant´Ana de Paranaíba, Mato Grosso (1859-1889). Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2012.

LIMA, Solimar Oliveira. O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense. IN: MAESTRI, Mário (org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois*: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense/ Niterói/RJ, 1993.

MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Rio Grande do Sul: Editora da universidade de Caxias do Sul, 1984.

MOURA, Zilda Alves de. *Cativos nas terras dos pantanais*: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

OSÓRIO, Helen. Fronteira, Escravidão e Pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. IN: *Anais da Segunda Jornada de História Regional Comparada*. Porto Alegre, PUCRS, 2005, p. 1-16.

ROCHA, Eunice Ajala. O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá (1873-1888). IN: *Revista Dimensão*. UFMS/CEUC, Corumbá, n.5/7, p.78-108, 1976-1977.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro**.** Ser ou não ser: suicídios de cativos (as) na sociedade cuiabana de 1854 a 1888. IN: *Revista Eletrônica Documento Monumento*. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. ISSN: 2176-5804 - Vol. 4 - N.1 - Jul/2011. p. 98 a 110.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão*: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

ARTIGO RECEBIDO EM: 16/03/2015
ARTIGO APROVADO EM: 18/06/2015